



IV ENCONTRO NACIONAL
DE AUTARCAS
Dia magnífico de
afirmação do Poder Local
democrático

PARTICIPAÇÃO FOI
MASSIVA
Ruas revela determinação
em prol da defesa da
autonomia do Poder Local

Sabemos gerir com tostões
quando vemos sucessivos
Governos gastar mal
milhões

DECLARAÇÃO FINAL
Interesse nacional e bom
senso implicam correcção
da Proposta de Lei do OE
2003

IV ENCONTRO NACIONAL DE AUTARCAS

Dia magnífico de afirmação do Poder Local democrático



O IV Encontro Nacional de Autarcas, que a Associação Nacional de Municípios Portugueses promoveu em Santarém no passado dia 11 foi, inquestionavelmente, uma outra jornada magnífica de afirmação do Poder Local democrático.

Em total oposição com o artigo 18.º da Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2003, a ANMP e os Municípios que congrega, de mãos dadas com a ANAFRE e as Freguesias, reiteravam, com uma presença massiva, definitivamente impressionante, a iniquidade da postura governamental que, de forma incompreensível, coarctava a capacidade de endividamento autárquico para além das obras em estadios para o Euro 2004.

Inconformados com a injustiça política, incapazes de compreender como pode uma decisão governamental cercear o normal desenvolvimento de empreendimentos tão fundamentais como a habitação social – designadamente o Programa Especial de Realojamento – e de obras co-financiadas por fundos comunitários – de entre as quais escolas, rede viária, saneamento básico, apoio a colectividades –, os autarcas portugueses como uma serenidade total, mas também com uma atitude inabalável, denunciavam, ao Executivo e ao país, a sua insatisfação, a recusa fundamentada em pactuarem com tamanho prejuízo para as populações que os elegeram e que, assim legitimamente, representam.

Apostados na permanente melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, empenhados na concretização de projectos e aspirações que há-lo-de tornar mais confortável e progressivo o dia-a-dia e o futuro dos que habitam as quatro partidas do país real, da cidade grande à pequena aldeia, do litoral ao interior, das ilhas às montanhosas paragens, os eleitos locais, herdeiros do humanismo que caracteriza a instituição municipal, solicitavam – e com que sentimento e convicção o faziam! – que, afinal, seja prestada justiça a quem, nada pedindo para si, apenas solicitam os meios conducentes ao desenvolvimento harmonioso do todo nacional.

Oriundos das mais variadas regiões, motivados pela certeza de, uma vez mais, estarem a defender os superiores interesses da Nação, membros de Assembleias e Câmaras Municipais, de Juntas e Assembleias de Freguesia, clamavam, a uma só voz, não estarem ali contra nada nem contra o Governo, antes a favor dos portugueses que querem continuar a bem servir.

Vestidos com a camisola do Poder Local, milhares e milhares de autarcas, com uma sinceridade inteira, uma disponibilidade absoluta, quantas vezes embargados pela emoção, evidenciavam a unidade que os individualiza, a força que só a certeza de terem a razão do seu lado lhes pode conceder.

E foi marcante, de novo avassalador, constatar, agora no Centro Nacional de Exposições, em Santarém, a dinâmica imparável, o querer que remova, a cada dificuldade, os mais directos agentes do Poder Local democrático português.

Que, uma outra vez, evidenciaram um elevado sentido de serviço, a vontade, incomparável, de realizar um Portugal mais livre, mais justo e mais fraterno.

PARTICIPAÇÃO FOI MASSIVA

Ruas revela determinação em prol da defesa da autonomia do Poder Local

Esta participação massiva expressa bem a nossa determinação em prol da defesa da autonomia do Poder Local e dos interesses das populações que servimos, sublinhou o Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses quando abriu, em Santarém, no passado dia 11, o IV Encontro Nacional de Autarcas.

Perante uma tão grande adesão a mais uma inequívoca manifestação da força dos eleitos locais, e afirmando, desde logo, que nunca nos deixaremos arrastar para qualquer espécie de aproveitamento, Fernando Ruas começaria por lembrar o meio milhão de cidadãos que, desde o 25 de Abril, se empenharam de corpo e alma no Poder Local democrático, fazendo dele, disse, uma das realidades mais palpáveis e concretas da conquista da liberdade.



Referindo-se a um recente estudo de opinião, concluiria que as Autarquias estão bem vistas pelos portugueses – o que sobremaneira releva num contexto particularmente adverso ao poder político –, para enfatizar que é pela notabilidade da obra construída que a confiança do cidadão na sua Câmara é elevada e, com excepção do Presidente da República, bem acima das demais instituições nacionais.

E se a obra existe e é tão marcante – continuava –, não compreendemos nem permitiremos que algumas dessas instituições procurem apoucar ou denegrir o nosso trabalho, assim como, por maioria de razão, mais ainda nos insurgiremos contra alguns "fazedores de opinião" e suas lucubrations peregrinas. Que falem... que não continuamos, quotidiana e titanicamente, a fazer todo o possível para que haja uma progressiva melhoria da qualidade de vida dos nossos munícipes.

Contra quem quer que pretenda depreciar o Poder Local responderemos sempre com o resultado da nossa acção, asseverava, uma acção que nos responsabiliza cada vez mais, mas que simultaneamente nos envaidece nos seus resultados: por exemplo, relativamente à Administração Central, as Autarquias investem o dobro em Ambiente e o triplo em Cultura, em prova evidente da falsidade da ideia, com que teimam em conotar-nos, de que promovemos apenas o betão. O nosso objectivo último é o bem-estar dos cidadãos, reiterava, pelo que apostamos no desenvolvimento sustentado das nossas regiões, promovendo o necessário crescimento económico, a imprescindível salvaguarda do meio ambiente, e a esperada qualidade de vida das pessoas.

Somos parcimoniosos nos gastos correntes – as nossas despesas correntes estão a diminuir enquanto aumentam as despesas de investimento –, e quando recorremos ao crédito temos sido extremamente criteriosos e moderados, continuava, pelo que o nosso endividamento no endividamento nacional não vai além dos 2% (contra 98% da Administração Central). O que torna absurda e desproporcional a propalação, que rejeitamos, da responsabilidade das Autarquias no excessivo défice público.

Os eleitos locais granjearam e têm mantido a estima dos cidadãos – no concretizar das suas necessidades, das suas aspirações e muitos dos seus sonhos – e tudo o que nos move, dizia o Presidente da ANMP, é a defesa intransigente do Poder Local. E é esta convergência volta dos temas marcantes do Poder Local, e a decorrente coesão interna da ANMP, que permite a tomada de posições coerentes, porque assentes numa aprofundada e ampla discussão.

Somos uma das principais vítimas do problema actual, pelo que não deixaremos que nos sentem no banco dos réus para justificar o desvario de terceiros, concluiu Fernando Ruas, para quem seria bom que o Governo assimile a capacidade

que as Autarquias têm para potenciar os recursos postos à sua disposição: com pouco mais de 10% da receita do Estado somos capazes de realizar 45% do investimento e assegurar 18% do emprego.

Sabemos gerir com tostões quando vemos sucessivos Governos gastar mal milhões

Se a realização deste Encontro foi, para mim, motivo de grande tristeza – convicto que estava de que jamais seriam necessárias manifestações destas para defendermos aquilo que é nosso, aquilo a que temos direito –, ver, aqui, tanta gente que deixou os seus empregos e lides profissionais para tentar demonstrar a quem não nos tem ouvido que é necessário inverter o curso de algumas propostas, para não sacrificar o interesse das populações, é, agora, razão de enorme alegria, enfatizou Mário de Almeida.

Não estamos aqui contra o Governo – continuava –, já que defendemos a estabilidade política. Viemos, antes, manifestar que estamos contra as propostas governamentais e pedir que o Executivo seja coerente com o que, repetidamente, tem afirmado: de que um euro nas autarquias vale mais do que na Administração Central, e que está apostadíssimo na descentralização.



Se assim é, dizia o Presidente do Congresso da ANMP, face à actual escassez de recursos, era premente que esses mesmos recursos fossem entregues a quem os sabe gerir melhor. Até porque, em justiça, quem deve pagar a factura da situação não são os Municípios e as Freguesias. E não faz nenhum sentido que se impeça o endividamento municipal para a construção de habitação social, escolas, rede viária, saneamento básico, e se excepcionem os estádios de futebol para o Euro 2004, investindo-se em bancadas que são para deitar abaixo no dia seguinte.

Com estas medidas avulsas não mais se pode planear, não podemos programar porque não sabemos o que vai acontecer no futuro, referia Mário de Almeida, que afirmava esperar, ainda, que o bom senso e o interesse nacional venham a sobrepor-se. Não viemos aqui pedir mais dinheiro, viemos pedir que se permita que utilizemos o que está consignado na lei. Porque, substantivamente, nós sabemos gerir com tostões, quando vemos sucessivos governos a gastarem mal milhões.

Estamos aqui, em reunião magna, legitimados pela vontade do povo democraticamente expressa, para analisarmos, com sã e serena serenidade, sem demagogias oportunistas nem sectarismos partidários, os problemas que a vida das Autarquias serão criados pela Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2003 que, no seu artigo 18.º, proíbe os Municípios de aumentar o seu endividamento, disse Isabel Damasceno quando intervinha no IV Encontro Nacional de Autarcas.

Garantindo que todos nós aqui presentes temos consciência plena da grave situação financeira em que o país se encontra, enfatizaria, em paralelo, que, contudo, todos nós, dirigentes autárquicos responsáveis, cidadãos esclarecidos e patriotas, estamos empenhados em colaborar com o Governo na difícil, ingrata e corajosa missão de vencer esta batalha.

Ao sublinhar a capacidade dos Municípios enquanto grandes motores do progresso do país – o mais eficiente e económico agente do processo de melhoria da qualidade de vida dos portugueses –, Isabel Damasceno negaria a acusação de despesismo para, depois de reiterar a solidariedade e disponibilidade dos autarcas, afirmar que, por não podermos deixar de viver e sentir as necessidades e anseios dos munícipes, dos homens e mulheres dos concelhos que em nós confiaram, pedimos ao Governo compreensão, solidariedade, justiça e equidade para que, juntos e em paz, procurarmos trabalhar com eficácia pelo futuro de Portugal.



Para Narciso de Miranda, que se disse emocionado ao ver a sala cheia de tanta gente animada que veio, com uma enorme esperança, de todos os cantos do país, é esta a realidade que nos distingue da vida política: no momento de defesa das populações, e para além dos partidos, todos temos uma camisola vestida – a do Poder Local.

Ao afirmar o consenso de todos os autarcas portugueses, independentemente do projecto ideológico de cada um de nós, aquele Vice-Presidente da ANMP diria que, depois de 25 anos, os homens e mulheres do Poder Local mantêm-se unidos, como o evidencia este encontro histórico.

Contestamos o corte da capacidade de endividamento, prosseguia, e não percebemos porque o endividamento para os Municípios tem de zero quando há, para a Administração Central um crescimento de 25%. O Poder Local tem construído um notável património histórico e social, especialmente relevante se atentarmos que o que fazemos se repercute na vida do mais anónimo dos cidadãos, pelo que, unidos, de mãos dadas, com esta força, dizemos ao Governo legítimo de Portugal para corrigir as suas propostas.

Lembrando, por seu turno, não ser esta a primeira vez que nos reunimos para discutir questões que se prendem com Orçamento de Estado, António José Ganhão frisaria que, em essência, o que pretendemos é que o debate reflecta o que são os legítimos interesses das populações locais.

Recusando, também ele, que os Estado se reserve o direito de se endividar enquanto estabelece limitações ao Poder Local, aquele Vice-Presidente da ANMP denunciou que alguns centralistas, não reconhecendo a nossa legitimidade democrática, tomam-nos como um poder menor, quando, em boa verdade, há que perguntar se haverá alguma aldeia de Portugal onde as Autarquias não tivessem feito muito, muito mais que o Poder Central, se haverá algum capaz de dar um exemplo onde o investimento da Administração Central tenha sido maior do que o Poder Local.

Encontro que revela não só a preocupação dos Autarcas portugueses, mas a sua tomada de consciência de que é importante seguirmos este combate, importa sublinhar, concluiu António José Ganhão, que a ANMP não quer ser contra-poder, que a limitação ao endividamento das autarquias é um erro histórico.

Para Luís Filipe Menezes, o IV Encontro Nacional de Autarcas evidenciava uma importância que ultrapassa largamente a estreita questão orçamental já que, dizia, o que está hoje em causa é muito do presente e do futuro do prestígio e da legitimidade democrática do Poder Local.

Ao precisar que é agora fino atacar os Municípios, dizendo que o país chegou ao estado a que chegou por causa dos Autarcas, o Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia enfatizaria que tal é completamente falso, quase um insulto, já que os Autarcas não têm nada a ver com o estado calamitoso a que chegou o país, bem pelo contrário, se o país não está ainda pior, é porque existe o Poder Local democrático.

Questionando-se o porquê deste assunto, reiterou que quem fala assim de nós é o grande bloco de ináteis que vive à custa das mordomias, para, depois, acrescentar que o endividamento municipal também é importante porque há um subfinanciamento crónico do Poder Local, que se tem agravado face às novas atribuições e competências e às naturais exigências dos cidadãos. E bastaria que o Estado indemnizasse as Autarquias no valor do que nos últimos quatro anos subsidiámos o Estado, para nós não precisarmos de um tostão de crédito. Para Luís Filipe Menezes, este modelo de financiamento, que assenta nos dois pressupostos das transferências orçamentais e no imobiliário, está esgotado, é urgente que se mude a fórmula do fundo de financiamento do Poder Local, que devia ser indexado à riqueza criada em cada Município, sendo que as transferências do OE serviriam para corrigir assimetrias regionais.

Mesquita Machado, por seu lado, lembrou que os investimentos realizados pelo Poder Local são muito mais profícuos dos que o da Administração Central, pelo que é definitivamente incompreensível que, quando é fundamental animar a nossa economia, se vá cortar no sector – os Municípios – que é mais rentável.

Relevando não estarmos aqui contra o Governo, nem contra ninguém, mas em defesa dos portugueses, o Presidente do Município de Braga reiterou que o que nos move é uma chamada de atenção para o repensar de um erro certamente grave que vai paralisar o desenvolvimento de Portugal.

Rogério Brito, de Alcaer do Sal, disse que não podemos aceitar que as Autarquias estejam a ser o bode expiatório das ineficiências económicas e estruturais do nosso país; António Paiva, Presidente do Município de Tomar, frisou ser urgente que não falhe o compromisso assumido com os Autarcas de que poderíamos planear as nossas obras até 2006; e Joaquim Rosa Teles, de Alcobaça, considerou a Proposta de Lei do OE de 2003 como indigna no que respeita à realidade autárquica ao corporizar, objectivamente, o princípio da desconfiança relativamente ao Poder Local.





Para Joaquim Felgueiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paredes de Coura, se quem corre por gosto não cansa, então não me cansou levantar-me às quatro da manhã para estar aqui e dizer, alto e bom som, que não estamos contra ninguém, viemos aqui e simplesmente para defender aqueles que em 2003 votaram, para defender os interesses das nossas populações.

DECLARAÇÃO FINAL

Interesse nacional e bom senso implicam correcção da Proposta de Lei do OE 2003

Os milhares de eleitos locais que, oriundos de todo o país, participaram activamente no IV Encontro Nacional de Autarcas, aprovaram, por unanimidade e aclamação, uma Declaração Final onde, depois de se reafirmar a defesa intransigente da autonomia do Poder Local, se apela ao Governo e à Assembleia da República no sentido de corrigirem, em nome do interesse nacional e do bom senso, o artigo 18.º da Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2003.

Ao reafirmarem o papel fundamental, empenhado e insubstituível dos Municípios e Freguesias no desenvolvimento do país, através da descentralização, evidenciavam, contudo, que sem aquelas correções não haverá condições para a aceitação de quaisquer novas competências pelas Autarquias.



Anunciando o início do processo tendente à declaração de inconstitucionalidade das normas contidas no já citado artigo 18.º, o Encontro, enquanto declarava apoio ao estudo do Conselho da Europa sobre o estado da Democracia Local em Portugal e decidia a apresentação de processos contra o Estado por violação de compromissos assumidos, defendia o devido esclarecimento das populações através de todos os órgãos autárquicos, tornando claro que a responsabilidade pelos investimentos concretos que vão deixar de ser executados, não será dos Municípios e Freguesias, antes daqueles que os impedem de concretizar tais investimentos.

Reafirmar que o papel histórico do Poder Local na construção do desenvolvimento em Portugal é garantia segura da opção, no presente, de continuar a trabalhar para a elevação da qualidade de vida dos portugueses, para a dinamização das economias locais e nacional, para a promoção do emprego e a criação de riqueza, os participantes asseveravam que o Governo de Portugal tem de assumir, de uma forma empenhada e parceira, a força e a capacidade de realizar do Poder Local, com especial empenho nestes tempos de congregação de energias e capacidades, para que sejamos capazes de cumprir compromissos com a União Europeia, com os portugueses e com as gerações vindouras.

Na sua declaração, os Autarcas, em representação de Assembleias e Câmaras



Municipais, Assembleias e Juntas de Freguesia, proclamavam que a suspensão de fontes de financiamento aos Municípios representa para as populações sacrifícios na sua qualidade de vida, através de menos escolas, menos jardins, menos estradas, menos apoios às colectividades, às instituições de solidariedade social e aos bombeiros.

O despesismo não é característico da actualidade das Autarquias Locais – dizem – já que, pelo contrário, e segundo todos os dados oficiais, elas reforçam cada vez mais o peso do investimento em prejuízo das despesas correntes, sendo ainda evidente e imediato que aquilo que é feito pelo Poder Local é sempre incomparavelmente superior ao que quer que seja feito pela Administração Central.

O art.º 18.º da Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2003 é injusto, discriminatório e absolutamente inadequado à realidade do país – pelo que deve ser rejeitado em absoluto –, e é necessária a criação de condições para novos financiamentos destinados à Habitação Social e a obras cofinanciadas por Fundos Comunitários.

Paralelamente, é indispensável que seja facultado o acesso a novos empréstimos, de forma proporcional entre o Governo e os Municípios, tendo em conta os até cerca de 1.300 milhões de contos de endividamento que a Proposta de Lei reserva exclusivamente para o Governo; e o Executivo, tendo em vista assegurar a maior transparência e evitar que possa haver privilegiados, deverá tornar públicos todos os valores de contratos-programa, protocolos, acordos de colaboração celebrados entre cada Ministério e cada Município.

Ao reafirmar a sua disponibilidade e empenhamento em participar no esforço nacional para superar a crise orçamental, nos termos já definidos na Lei do Orçamento (Rectificativo) para 2002, o IV Encontro Nacional de Autarcas asseverava que o Estado tem de garantir a estabilidade do planeamento e da gestão autárquica, assegurando o valor reforçado de legislação estruturante – caso da Lei de Finanças Locais –, em prejuízo de medidas conjunturais e, mais, que o respeito pela autonomia do Poder Local implica a garantia dos meios financeiros que os princípios constitucionais e a lei asseguram.

A Declaração Final salienta, designadamente, que o crescimento do investimento dos Municípios é claramente superior ao crescimento da respectiva despesa corrente, e sublinha que a capacidade de transformar receitas correntes em investimentos é muito maior nas Autarquias do que na Administração Central, traduzindo-se em conseguir, com pouco mais de 10% da receita do Estado, realizar cerca de 45% do investimento público nacional e assegurar cerca de 18% do emprego.

Ao reiterar que a autonomia do Poder Local não deve ser posta em causa por medidas avulsas, precisa que o estabelecimento casuístico e anual de limites à capacidade de endividamento põe em causa a autonomia financeira das Autarquias Locais, e, ainda, que o actual esvaziamento de conteúdo do princípio da autonomia financeira constitui um retrocesso na evolução do quadro financeiro autárquico do actual Estado de Direito Democrático.

Lembrando que o Orçamento (Rectificativo) para 2002 estabelecia já a impossibilidade do aumento do endividamento líquido dos Municípios, mas definia como excepções os novos empréstimos destinados a Habitação Social, a obras cofinanciadas por Fundos Comunitários e ao Euro-2004 (futebol), precisava que a Lei do OE para 2003 define como única excepção o Euro-2004, uma estranha prioridade nacional que, sendo embora legítima, é incompreensível e inaceitável.

Ao salientar que os Municípios, responsabilmente, revelaram a sua disponibilidade e empenhamento em participarem no esforço nacional para conter o défice, aceitando o Rectificativo, reafirmam, agora, que não se podem agora sujeitar às populações a ainda maiores sacrifícios na sua qualidade de vida.

Constatando que cerca de cinco dezenas de Municípios não terão acesso a quaisquer novos empréstimos, enfatiza-se que o Governo pretende aumentar o seu endividamento em 1.300 milhões de contos, enquanto proíbe os Municípios

de aumentarem o seu endividamento, apesar de este representar apenas cerca de 2% da dívida pública (contra cerca de 98% da Administração Central).

Por fim, o documento, aprovado por aclamação no IV Encontro Nacional de Autarcas, precisa que aquelas medidas implicarão a paralisação quer da construção da Habitação Social em todo o país, quer a aquisição de milhares de fogos já construídos; que, em sua consequência, poderão ter de ser devolvidos à União Europeia dezenas de milhões de euros referentes a obras cofinanciadas por Fundos Comunitários que não poderão ser iniciadas; e que ficará paralisado o desenvolvimento dos equipamentos para a Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

[[anterior](#) | [página inicial](#)]

Comentários e sugestões anmp@anmp.pt

(c) A.N.M.P.- Associação Nacional de Municípios Portugueses